

Um panorama da presença feminina no mercado de trabalho jornalístico: 1985 a 2022¹

Diogo Mendonça LEITE²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Baseado em Leite (2023) e Nicoletti e Thibes (2017), o estudo analisa dados da RAIS de 1985 a 2022, oferecendo um panorama quantitativo sobre a história da presença feminina no jornalismo. Além de uma análise geral, que revela, entre outros, que a proporção de mulheres decresceu entre os registros formais de jornalistas após o fim da obrigatoriedade do diploma e que a equiparação salarial está próxima, mas ainda não ocorreu, também foram conduzidas análises a nível municipal e por ocupação. Estudos com dados sobre *freelancers* e pesquisas aprofundadas sobre a relação entre a obrigatoriedade do diploma e o mercado de trabalho jornalístico podem expandir as descobertas feitas aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Economia; gênero; pesquisa quantitativa; RAIS.

CORPO DO TEXTO

1- Introdução

A presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo é um tema que suscita crescente interesse na academia brasileira. Revisões bibliográficas de Martinez, Lago e Lago (2016) e Amorim e Bueno (2019) apontam, no entanto, que o campo ainda é pouco estudado. A maior parte dos estudos são teóricos (Martinez, Lago & Lago, 2016, p. 20), enquanto muitas pesquisas acerca das transformações do mercado de trabalho jornalístico nas últimas décadas, impulsionadas pelo surgimento de novas formas midiáticas, deixam de lado o recorte de gênero (Lelo, 2019). Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é oferecer um panorama quantitativo da presença feminina no mercado jornalístico entre 1985 e 2021, período que abarca toda a inserção de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no setor (Ribeiro, 1997).

Este projeto segue a metodologia de Leite (2023), baseada em Nicoletti e Thibes (2017), analisando a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para mapear tanto a presença histórica das mulheres no mercado jornalístico quanto indicadores de condições

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos em Comunicação e suas interdisciplinidades, evento integrante da programação do 27º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2024.

² Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Jornalismo da ECA-USP, email: diogoleite@usp.br

de trabalho, a saber, remuneração e jornada contratada. Foram adicionados outros tópicos de análise, com base em pesquisas preexistentes: o estudo municipalizado dos indicadores, para averiguar diferenças entre interior e capitais apontadas por Rocha (2004) e Temer, Assis e Santos (2015); e o estudo de indicadores por área de atuação, pesquisando o fato, observado por Lima et al. (2022), Souza (2009) e Rocha (2004), de que há maior presença feminina em profissões fora da mídia (assessoria de imprensa e afins) e em mídias menos tradicionais.

2- Metodologia

Primeiro, foram extraídos da base RAIS os dados cuja Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) se refere à família “Profissionais do Jornalismo”. Os dados foram tratados, considerando como *outliers* idades maiores que 90 anos e menores do que 10, bem como cargas horárias abaixo de uma hora³. A correlação de Pearson foi significativa apenas entre sexo e idade (-0,15) e entre idade e remuneração (0,24), mostrando que parte da menor remuneração feminina pode ser explicada também por sua menor média de idade (que, por sua vez, pode ser fruto de uma inserção tardia no mercado).

3- Resultados

3.1- Análise geral

A proporção de mulheres no jornalismo, como previsto pela bibliografia (Koshiyama 2003, p. 4), cresce em todo o período (coeficiente = 139,25, $R^2 = 0,69$, p-valor $\ll 0,001$) e chega a 50% em 2000. No entanto, ela decresce entre 2010 e 2021 (coeficiente = -203,87, $R^2 = 0,92$, p-valor $\ll 0,001$), justamente após o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão. Enquanto alguns autores afirmam que essa medida democratiza o acesso ao mercado (Figaro, 2014), outros afirmam que foi justamente a obrigatoriedade do diploma uma peça-chave na inserção das mulheres no mercado jornalístico (Rocha, 2004) e que a medida deixa os profissionais mais suscetíveis à precarização (Carvalho & Messagi Jr., 2014). Nesse sentido, é válido ressaltar que a RAIS não contabiliza profissionais contratados por CNPJ, como

³ Os códigos R e Python usados no projeto estão disponíveis livremente em https://github.com/diogomleite/Panorama_mulheres_jornalismo.

freelancers. Segundo Grohman (2012), as mulheres são hoje maioria nesse grupo, muitas vezes de maneira compulsória (Leite, 2017), por terem de conciliar a família e o trabalho.

O exame da remuneração mostra que a diferença era menor antes de 2002, quando, devido a mudanças na CBO, estudamos apenas profissões mais ligadas diretamente à produção de notícias (Ministério do Trabalho, 2010). O salário médio das mulheres, no entanto, quase sempre foi menor, como previsto na revisão bibliográfica. O teste-T foi significativo a um nível de confiança de 5% para todos os anos, exceto por 1989. A análise sugere que, entre as novas ocupações (assessor de imprensa, arquivista, colunista e redator-chefe), a diferença de remuneração é maior, mas está caindo ao patamar das demais profissões (coeficiente = 57,29, $R^2 = 0,58$, p-valor $\ll 0,001$ entre 2002 e 2021).

Quanto à carga horária, vemos que, antes de 2002, a das mulheres jornalistas era menor do que a dos homens. Isso condiz com relatos expressos por Koshiyama (2003) e Rocha (2004) de que jornalistas mulheres geralmente ficavam restritas a pautas de apuração mais simples, consideradas “femininas”. O teste-T, no entanto, não é significativo a 5% até 1996. A partir de 2003, a situação se inverte, como já apontado por Nicoletti e Thibes (2017), o que indica condições mais precárias nas profissões adicionadas pela nova CBO. A tendência atual é de aproximação (coeficiente = -345,28, $R^2 = 0,39$, p-valor = 0,003). Novamente, só há dados na RAIS sobre o tema a partir de 1994.

A análise do indicador salário/hora mostra o mesmo panorama: uma diferença persistente em tendência de queda, com mulheres ganhando menos do que homens. A mudança em 2002 reflete, novamente, a mudança da CBO, reforçando a ideia de que a diferença salarial é maior nas profissões recém adicionadas. O teste-T é significativo a 5% em todos os anos.

A pesquisa observou também a prevalência de mulheres entre os vínculos precários considerados pela RAIS (vínculos temporários, avulsos ou não especificados). Não há, no entanto, nenhuma tendência clara de predominância feminina ou de crescimento ou decréscimo nesse indicador. Novamente, cabe ressaltar que contratações via CNPJ não são mapeadas pela RAIS.

3.2- Análise por município

Na análise municipalizada, não é clara a diferença entre interior e capitais. No geral, interiores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram diferenças salariais maiores, presentes também em regiões metropolitanas. Quanto à proporção, a predominância feminina é mais evidente no Sul e Sudeste, e os valores são bem heterogêneos intra-região. Valores extremos estão concentrados em cidades remotas. A carga horária é mais discrepante no interior de regiões mais populosas, no Sul, Sudeste e litoral nordestino, além de ocorrências no entorno de regiões metropolitanas.

Analisando os dados municipais historicamente, vemos que os primeiros registros de mulheres jornalistas surgem na região Sudeste, e a região amazônica é a última a apresentá-los. As discrepâncias de carga horária surgem primeiro nos grandes centros, e nos estados do Sul e Sudeste a proporção feminina cresce primeiro, mas cai mais neles a partir de 2010.

3.3- Análise por ocupação

A análise por ocupação, possível apenas a partir de 2003, devido à nova CBO, mostra que, diferentemente do que preconiza a bibliografia, mulheres são mais prevalentes em redações do que no jornalismo de modo geral. Colunista/correspondente e revisor também têm mais presença feminina.

Na profissão de editora, mulheres ganham mais que homens. No entanto, essa é também a profissão com menor proporção de mulheres. Como redatoras e assessoras de imprensa, elas também ganham mais, contrariando o esperado pelos resultados da análise geral de remuneração. A profissão de redator-chefe, mais ligada à mídia tradicional, é onde as mulheres ganham menos em relação aos homens.

4- Conclusão

O presente trabalho pretendeu oferecer subsídio quantitativo a novas investigações sobre gênero no jornalismo. De modo geral, as análises retratam o cenário de precarização do jornalismo contemporâneo, com quedas dos salários e aumento da carga horária (ver Figaro, 2014; Nicoletti, 2018, 2019; Nicoletti e Thibes, 2017; Lima et Al., 2022; Levy & Nielsen, 2010 e Figaro & Nonato, 2017), que atingem tanto mulheres quanto homens, em magnitudes praticamente semelhantes.

Futuros estudos, com dados sobre *freelancers* (onde a revisão bibliográfica indica que há mais presença feminina) e análises de regressão multivariada podem elucidar melhor como o sexo determina relações no mercado de trabalho jornalístico. Além disso, o efeito do fim da obrigatoriedade do diploma também merece mais atenção. Por hora, este trabalho oferece uma base de dados tratados e disponíveis livremente para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Janaina Lopes de, BUENO, Thaisa. “Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil”. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019.

BERGAMO, Alexandre, MICK, Jacques (coord.), LIMA, Samuel. Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012): Síntese dos principais resultados. Disponível em: <<http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

CARVALHO, Guilherme, MESSAGI JR., Mário. “Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional?”. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, ago-dez de 2014, p.55-72.

FIGARO, Roseli. “Jornalimos e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI”. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, jul-dez de 2014, p. 23-37.

FIGARO, Roseli, NONATO, Claudia. “Novos ‘Arranjos Econômicos’ Alternativos para a Produção Jornalística”. **Contemporanea | comunicação e cultura**, v. 15, n. 01, jan-abr de 2017, p. 47-63.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os Discursos dos Jornalistas freelancers sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “A arte de ser mulher: interrogações sobre o assassinato de Sandra Gomide”. 2004, **Anais**. Campinas: ANPUH/UNICAMP, 2004. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/acervo-local/producao-academica/001430905.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande: Intercom, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/151284998075557168343153827227545496185.pdf>>.

LEITE, Diogo Mendonça. “A Transformação do Trabalho dos Jornalistas: um estudo quantitativo introdutório”. **O Eco da Graduação**, v. 8, n. 1, Nov 2023. Disponível em: <<https://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/133>>.

LEITE, Aline Tereza Borghi. “Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, Jan-Mar 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1590/198053143810>>.

LELO, Thales Vilela. “A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>>.

LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. “The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy”. In: _____. (org.). **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 3-16.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral) et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MARTINEZ, Monica, LAGO, Claudia, LAGO, Mara Coelho de Souza. “Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação”. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010**. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS [Data set]. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

NICOLETTI, Janara. “Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho”. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16, 2018, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2018.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. 2019. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

NICOLETTI, Janara, THIBES, André. “Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho”. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15, 2017, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2017.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1997.

ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. “Mulheres Jornalistas – Percursos e Percalços”. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. Anais. Salvador: ENECULT, 2009. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>>.

TEMER, A.; ASSIS, F.; SANTOS, M. “Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito”. **Media & Jornalismo**, v.14, n.15, p. 75-90, 2015.